



Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04
(V.00)

**Comitê de Políticas Penais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
(COMPP)**

Pauta: Câmara do Orçamento do Comitê de Políticas Penais - execução do Plano Pena Justa

Dia: 20/03/2025

Horário:
9h

Local: sala de reuniões (edifício sede do Tribunal de Justiça)

Link da videochamada: <https://drive.google.com/file/d/1gnwB1GS94uRUFv-O0tqpDwrSMibxCy8-/view?usp=sharing>

Imagens da reunião



Observações

ABERTURA: No dia **20/03/2025** a Secretária do Comitê de Políticas Penais, Adalcilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação da reunião do Comitê de Políticas Penais (COMPP), realizada na sala de reuniões do edifício sede do Tribunal de Justiça, transcrita e gravada na plataforma do Google Meet para tratar da seguinte pauta:

PAUTA: Câmara do Orçamento do Comitê de Políticas Penais - execução do Plano Pena Justa

A reunião contou com a participação dos membros do Comitê e de representantes de diversos órgãos públicos, cujos **PARTICIPANTES** foram registrados em lista de presença e os participantes no modo virtual, abaixo nominados.

Resumo

A reunião formalizou a contratação emergencial de equipes técnicas para o IAPEN, discutiu a gestão de metas do Plano Pena Justa e priorizou a resolução de gargalos logísticos com a Secretaria de Obras Públicas.

Indicação formal de secretários

Foi solicitada a formalização da indicação de Regiane Cristina e Denis para a Secretaria da Câmara do Orçamento, uma ação crucial para a inclusão de seus nomes na portaria. Foi deliberado que a Câmara avançaria com a contratação emergencial de equipes técnicas para programas essenciais.

Contratação emergencial de equipe técnica

A contratação emergencial de equipes técnicas para as políticas de CRV, UMEP, CIAP, ES e APEC foi decidida como a melhor opção, com prazo de 30 a 45 dias para suprir a urgência. A contratação definitiva será buscada em paralelo, com a decisão judicial e o Plano Pena Justa servindo de justificativa formal para a emergência.

Gestão de metas e gargalos

A planilha de acompanhamento das metas será aprimorada, incluindo prazos específicos para cada macroação e a definição do estado da arte atual. O maior gargalo identificado é o trato com a Secretaria de Obras Públicas, que será abordado no Grupo de Trabalho de Habitabilidade.

Detalhes da gravação

Indicação Formal de Secretários do Comitê de Políticas Penais: Foi solicitado que Regiane Cristina e Denis formalizassem a indicação deles para a Secretaria da Câmara do Orçamento, pois o processo havia sido apenas informal ([00:23:15](#)). Essa formalização é crucial para que seus nomes sejam incluídos na portaria da secretaria do Comitê de Políticas Penais ([00:24:26](#)).

Discussão de Orçamento e Cumprimento de Metas: Foi discutida a necessidade de um aporte orçamentário de talvez 5 milhões para complementar serviços no contexto do Plano Pena Justa, com a Defensoria Pública solicitando o valor de 3 mil para responder às perguntas ([00:26:14](#)). Foi ressaltada a importância de cumprir as metas pactuadas para 2026, com prioridade para ações nos meses de abril e maio ([00:32:13](#)).

Início Formal da Reunião e Apresentações: Adalcilene Pinheiro Araripe iniciou formalmente a reunião, explicando que ela estava sendo gravada e transcrita, e solicitou que os participantes olhassem para a câmera ao falar e se apresentassem com sua unidade ou órgão ([00:27:36](#)). O Juiz Robson Aleixo e Ricardo Brandão dos Santos se apresentaram, com Ricardo Brandão, Coordenador da Câmara de Orçamento, assumindo a condução em razão de uma agenda posterior com o Banco Mundial ([00:29:04](#)).

Prioridades e Desdobramento de Metas: O principal objetivo da reunião foi apresentar o desdobramento das metas do IAPEN, buscando clareza sobre o que pode ser executado e onde intervenções de apoio serão necessárias ([00:31:14](#)). Foi enfatizado que, embora muitas metas necessitem de orçamento, outras

já estão em andamento e não exigem ([00:32:13](#)).

Monitoramento e Ponto Focal do IAPEN: A importância do preenchimento do formulário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a primeira checagem do ano foi destacada, pois ele detalha o status das metas. A indicação de Ingrid como ponto focal no IAPEN para o acompanhamento rigoroso das políticas foi formalizada, sendo um programa desafiador ([00:33:18](#)).

Estratégias de Contratação e Questões Jurídicas: O IAPEN está em busca de uma solução para contratações necessárias para a execução de políticas, com a alternativa de terceirização sendo considerada, apesar dos riscos ([00:36:15](#)). A adesão a atas da CGJUS foi descartada por não atender completamente as necessidades de horas e funções exigidas ([00:37:15](#)).

Contratação Emergencial da Equipe Técnica: A melhor opção considerada foi uma contratação emergencial para suprir as necessidades de equipes técnicas nas políticas de CRV, UMEP e APEC, devido à urgência ([00:38:44](#)). Essa contratação emergencial é esperada para ser concluída em 30 a 45 dias, paralelamente à abertura de uma contratação por ata definitiva ([00:40:05](#)).

Justificativa da Emergência e Ordem Judicial: Foi levantada a necessidade de ter uma base jurídica sólida para a contratação emergencial, sendo a decisão judicial, o Plano Pena Justa e a ordem de cumprimento pelo STF considerados a justificativa formal. Foi sugerido que o IAPEN comunicasse formalmente ao Tribunal de Justiça sobre os obstáculos no ritmo de contratação para obter uma resposta solicitando providências emergenciais ([00:41:12](#)).

Consulta ao Tribunal de Contas e Riscos do Emergencial: Em consulta informal ao Tribunal de Contas, foi esclarecido que o emergencial não garante total aprovação, mas é justificado pela necessidade premente de implantação de políticas ([00:43:23](#)). A terceirização de atividade-fim, mesmo emergencialmente, expõe o Estado a riscos trabalhistas, incluindo ações do Ministério Público do Trabalho (MPT) ([00:48:14](#)).

Busca por Modelos Alternativos e Mitigação de Riscos: Foi sugerida a necessidade de buscar modelos de execução em outros estados, como Minas Gerais, para entender como eles mitigam os riscos trabalhistas em atividades-fim ([00:49:22](#)). Foi mencionado o modelo de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) como uma possibilidade menos danosa, sendo a contratação emergencial vista como uma medida transitória ([00:50:24](#)) ([00:52:14](#)).

Deliberação para Avanço da Contratação: Foi deliberado que a Câmara avançaria com a contratação emergencial, com o compromisso de buscar uma alternativa definitiva em paralelo ([00:52:53](#)). O contrato emergencial incluirá uma cláusula resolutiva para garantir que a duração seja limitada ao tempo necessário para a contratação definitiva ([00:54:09](#)).

Necessidade de Continuidade da Política Pública: A Procuradoria Geral do Estado (PGE) reiterou que o Plano Pena Justa e seus programas associados (Escritório Social, CIAP) já são políticas contínuas e estabelecidas, e a emergência surge da incapacidade de dar continuidade aos serviços ([00:55:08](#)). A decisão final é avançar com a contratação emergencial e a definitiva simultaneamente ([00:57:02](#)).

Convênio para Fortalecimento do Escritório Social: O Tribunal informou sobre um convênio para fortalecer o Escritório Social, que inclui a contratação de psicólogos, assistentes sociais e um administrativo por seis a sete meses, além de equipamentos ([00:57:02](#)). O novo local para o Escritório Social foi definido, e há a necessidade de refazer a licitação dos móveis e equipamentos ([00:58:21](#)).

Resolução de Contratação e Locação de Espaço: O IAPEN está trabalhando na questão da locação de um espaço para o Escritório Social e já possui R\$ 600.000 em recursos para isso, sendo que o processo de locação está ocorrendo em paralelo à resolução da contratação. A principal dificuldade em equipar um espaço é a necessidade de cumprir as normas da PGE, especialmente a obtenção de um "habite-se", o que é um grande problema na capital e será ainda mais complexo no interior ([00:59:26](#)). A solução definitiva para essa questão será a construção de um espaço, para o qual o IAPEN já tem R\$ 3.400.000, um valor considerado suficiente para atender o Escritório Social e o SEAT ([01:00:36](#)).

Monitoramento Eletrônico e Estrutura Física: Houve um debate sobre a localização da equipe técnica para o monitoramento eletrônico, já que o novo CCC, que está sendo construído, contemplará as instalações de monitoramento ([01:00:36](#)). Foi decidido que a estrutura da equipe técnica deve ser

contemplada, mas é necessário garantir que os programas que estão sendo desenvolvidos não podem funcionar no mesmo local (01:01:46). Os R\$ 3.400.000 são destinados apenas para a construção física dos espaços do Escritório Social e SEAT, os quais terão acessos distintos, conforme as particularidades exigidas pelos programas (01:00:36).

Acompanhamento das Ações e Metas: Foi criada uma planilha para alimentar e acompanhar todas as ações, disponibilizada no grupo para acesso de todos, visando orientar os setores demandantes (01:01:46). A planilha atual, considerada inicial, precisa ser aprimorada para incluir prazos específicos para cada meta e ação, como a contratação da equipe técnica e a aquisição de equipamentos (01:02:58). É crucial que a planilha defina o prazo de execução para cada etapa de cada macroação (por exemplo, "equipe, eu consigo até maio") para que seja possível verificar o cumprimento das metas (01:04:02).

Melhorias na Planilha de Controle e Prazos: Foi enfatizada a necessidade de clareza sobre o "estado da arte" atual e os próximos passos, incluindo o compromisso de tempo para cada um (01:05:15). É fundamental parametrizar os prazos, definindo metas de tempo para ações como a contratação emergencial da equipe técnica, para permitir o acompanhamento e a identificação de possíveis atrasos e gargalos (01:06:10). Além disso, a previsão de prazos deve estar alinhada com o Plano Pena Justa, que determina a implementação de programas em períodos específicos (01:07:02).

Coordenação das Metas e Responsabilidades: A coordenação específica é importante para alimentar a planilha e cobrar as unidades demandantes, garantindo que os prazos sejam cumpridos (01:07:02). As metas foram classificadas, incluindo aquelas de responsabilidade do Poder Judiciário, focadas no acompanhamento, já que o beneficiário é o sistema prisional (01:04:02). A equipe irá se reunir com Ingrid, que tem liderado as ações, para detalhar o plano e parametrizar a execução (01:08:57).

Identificação e Antecipação de Gargalos: É essencial que a equipe identifique previamente os gargalos na execução das etapas e os antecipe, informando a Câmara, que tem o papel de contornar esses problemas (01:10:05). Um dos principais gargalos identificados é o trato com a Secretaria de Obras Públicas (SEOP) em relação aos projetos arquitetônicos e complementares para a reforma da estrutura prisional. A intervenção da SEOP é crucial para avançar na meta de geração de vagas e melhoria da ambientação, prevista pelo Pena Justa (01:11:14).

Estratégias para Lidar com a SEOP e Obras: Para tratar do gargalo com a SEOP, será convidada para um Grupo de Trabalho (GT) de Habitabilidade, que já está sendo desenvolvido. Este GT contará com o arquiteto do IAPEN, órgãos de controle como o CREA e o CAU, vigilância sanitária e bombeiros, e desenvolverá um plano de reforma a ser analisado pela SEOP (01:12:21). O IAPEN contratou um engenheiro para reduzir a dependência de outros órgãos, tentando contornar a fila de espera de dois anos para projetos na SEOP (01:13:22).

Avanços no Escritório Social e CIAP: Houve um bom avanço, e a contratação de equipe é o maior gargalo atual, mas já se vislumbra uma solução emergencial (01:08:57). O avanço na locação e uso dos R\$ 600.000 para o Escritório Social e CIAP resolveria dois problemas e evitaria a devolução do recurso (01:16:19). Foi proposta a necessidade de reiniciar o processo de licitação de móveis para Escritório Social e CIAP em paralelo à busca por uma nova locação (01:17:09).

Prazos para Implementação e Próximos Passos: Foi sugerido um prazo de três meses para o processo de licitação emergencial dos móveis, com o objetivo de que o Escritório Social e o CIAP possam ser implementados em junho, se tudo for casado (01:17:09). O maior obstáculo para a operação do Escritório Social é a equipe técnica, mas é necessário executar o convênio existente para o mobiliário. Uma reunião deve ser agendada para ajustar a licitação de móveis com o IAPEN (01:18:10).

Reunião de Acompanhamento do Painel: Já foi realizada uma reunião com o Luís e um ponto focal do IAPEN e do Tribunal, e outra está agendada para a próxima semana para apresentar os textos que serão disponibilizados no painel (01:19:39). Após a finalização do sistema de checagem, eles começarão a estabelecer as metas e informações sobre elas no ar. É importante que o painel consiga mostrar o percentual de cumprimento do Acre no segundo ciclo de checagem nacional (01:20:43).

Agendamento da Próxima Reunião e Planilha: Foi solicitado que Ingrid organize a planilha de controle com as previsões de execução e prazos, e a próxima reunião foi agendada para 10 de abril, uma sexta-feira, às 8 horas, na sede da PGE (01:21:41). O objetivo é que a PGE, sendo fundamental para o

alinhamento e solução de problemas, continue participando ativamente das discussões, dada a complexidade da execução do plano ([01:23:13](#)).

Gerenciamento de Usuários e Sugestões: O gerenciamento de usuários é feito por Maria Jose Mendes de Souza Rola (Débora) e Ingrid, que são responsáveis por atribuir as tarefas por instituição (MP, DP, TJ) ([00:24:55](#)). Rúbia sugeriu que não se abra um leque muito grande de pessoas responsáveis, visando manter o controle e a eficácia que a secretaria já demonstrou. Maria Jose Mendes de Souza Rola (Débora) enviará um tutorial técnico de 15 ou 16 páginas sobre o uso do sistema para o grupo de WhatsApp da secretaria. O preenchimento das metas deve ocorrer exclusivamente na aba "2026, primeiro semestre" ([00:26:05](#)).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, agradeceu-se a presença e contribuição dos participantes e deu-se por encerrada a reunião, cuja Ata segue lavrada pelo Presidente dos trabalhos e pela Secretária. [\[1\]](#)

Juiz de Direito ROBSON ALEIXO

Membro da Câmara do Orçamento do Comitê de Políticas Penais

Adalcilene Pinheiro Araripe

Secretária do Comitê de Políticas Penais

Participantes

Participantes no formato presencial LISTA DE PRESENÇA_Dia 20-03-2026 (2356099)

Participante no formato virtual: William Klismann Liberato Azevedo (TJAC-SECOM-SUCOI)

[\[1\]](#) **Ata assinada digitalmente pelo presidente dos trabalhos - secretário (artigo 36 do RITJAC). Aplicação análoga – caput do artigo 25, da Resolução do CNJ nº 185, de 18/12/2013: “Art. 25. As atas e termos de audiência poderão ser assinados digitalmente apenas pelo presidente do ato, assim como o documento digital, no caso de audiências gravadas em áudio e vídeo, os quais passarão a integrar os autos digitais, mediante registro e termo.”*



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ribeiro Aleixo, Juiz de Direito**, em 24/03/2026, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adalcilene Pinheiro Araripe, Secretária de Comitê**, em 24/03/2026, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2355987** e o código CRC **51AE8C0D**.